

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito, DOURADOS, Matutino (2017) - 2ª Série

Professor: ACELINO RODRIGUES CARVALHO

Disciplina: Direito Processual Civil – Teoria do Processo - Turma "U"

Carga Horária: 136 h

Período Letivo: 02/2022 a 12/2022

Ementa:

Das normas processuais civis: Das normas fundamentais do processo civil. Da aplicação das normas processuais. Da função jurisdicional: Da jurisdição e da ação. Dos Limites da jurisdição nacional. Da cooperação internacional. Da competência interna. Da Cooperação nacional. Do processo. Dos sujeitos do processo: Das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Do ministério público. Da advocacia Pública. Da defensoria pública. Dos atos processuais: Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Dos prazos. Da comunicação dos atos processuais. Das invalidades processuais. Da tutela provisória: Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.

Objetivo:

Fornecer aos estudantes elementos teóricos necessários à compreensão da parte geral do processo civil, com destaque para os seus institutos fundamentais: a jurisdição, a ação e processo. Proporcionar condições e referenciais teóricos necessários a uma visão crítica e atual do Direito Processual Civil, com vistas uma compreensão adequada do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), no contexto de um Estado constitucional e democrático de direito.

Conteúdo:

Noções gerais

Conflitos sociais, direito e processo

Direito Processual: conceito, desenvolvimento metodológico, autonomia epistemológica, natureza, classificação do direito processual

Normas fundamentais do direito processual civil

Princípios do direito processual civil: princípios constitucionais; outros princípios do direito processual civil.

Evolução das formas de composição de conflito

Institutos fundamentais do direito processual civil

Jurisdição

Conceito

Características

Princípios

Espécies

Poderes

Escopos

A jurisdição como instrumento de garantia de direitos

Poder Judiciário: funções estrutura e garantias da magistratura

Das funções essenciais à justiça: advocacia e ministério público, defensoria pública

Limites da jurisdição: competência

Conceito

Limites da jurisdição pátria: competência internacional e interna

Critérios para determinação da competência

Competência de foro e competência de juízo

Princípio da perpetuatio jurisdictionis: perpetuação da competência

Competência originária e competência recursal

Competência absoluta e competência relativa

Modificações de competência
Verificação de competência
Competência da Justiça Federal
Foro competente
Juízo competente
Prevenção
Da incompetência
Da cooperação nacional
Ação
Conceito
Natureza jurídica
O direito incondicionado de ação
O direito condicionado de ação
Condições da ação
Carência de ação
Condições da ação e mérito: teoria da asserção
Elementos da ação
Classificação das ações
Exceção
Processo
Conceito
Natureza jurídica: o processo como entidade complexa
A relação jurídica processual
Pressupostos processuais
Pressupostos processuais de existência
Pressupostos processuais de validade
Pressupostos processuais negativos
Sujeitos da relação jurídica processual
Do juiz e seus auxiliares
Das partes e dos procuradores
Litisconsórcio
Intervenção de terceiro
Do ministério público
Da advocacia pública
Da defensoria pública
Da formação, da suspensão e da extinção do processo

Metodologia:

Aulas expositivas e dialogadas em que se procurará aliar a teoria à prática, através de exemplos, com a consequente participação dos alunos com discussão de textos legais, doutrina, jurisprudência, casos concretos, temas do cotidiano que tenham relação com o direito, e eventual realização de seminários. A disciplina será ministrada sempre levando-se em conta as modificações operadas no sistema processual com vistas não apenas à atualização dos conteúdos, mas também à compreensão dos fundamentos para as reformas implementadas pelo legislador, assim como, e de modo especial, tendo como pressupostos os princípios e objetivos fundamentais da República e do Estado Democrático de Direito e a teoria dos direitos humanos fundamentais. A critério do docente, até 20% (vinte por cento) da carga horária da disciplina poderá ser oferecida através de ensino à distância, na modalidade: ensino remoto, podendo ser utilizadas as plataformas web conferência ou google meet. Pode ser enviado por e-mail ou whatsapp materiais contendo especialmente os tópicos sobre os temas a serem abordados durante as aulas através das plataformas mencionadas, para auxiliar na leitura prévia, o acompanhamento da exposição e leitura posterior por parte dos estudantes. As aulas nessa modalidade serão oferecidas no final do primeiro ou no início do segundo semestre letivo.

Bibliografia:

ABELHA, Marcelo. Manual de direito processual civil. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
Brasil. Novo Código de Processual Civil. Comentado por: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
CARVALHO, Acelino Rodrigues. Constituição e jurisdição: legitimidade e tutela dos direitos sociais. Curitiba: Juruá, 2018.
CINTRA, Antonio Carlos; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: teoria do processo civil. 3. ed. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
_____. O novo processo civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
CARVALHO, Acelino Rodrigues. Constituição e jurisdição: legitimidade e tutela dos direitos sociais. Curitiba: Juruá, 2018.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.
RAATZ, Igor. Tutelas provisórias no processo civil brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.
SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Critérios de Avaliação:

A verificação da aprendizagem durante o ano letivo far-se-á através de 02 (duas) a 04 (quatro) avaliações constantes de provas escritas ou orais, cujas datas serão fixadas de acordo com as normas da UEMS, com antecedência mínima de sete (07) dias da realização, além de seminários, relatórios, resumos e fechamentos de obras ou capítulos de obras, comentários de artigos e de jurisprudências, resenhas de obras jurídicas, participação e relato de atividades práticas e outros meios, sempre com temas e datas previamente estabelecidas, apurando-se a média anual pela somatória das notas e divisão pelo número de avaliações, buscando a obtenção da média 6,0 (seis). Será oferecida avaliação optativa de conformidade com as normas da instituição. Aos alunos que por ventura não lograrem obter média igual ou superior a 6,0 (seis) será facultado o exame final conforme as normas da instituição.

JOAQUIM CARLOS KLEIN DE ALENCAR
Coordenador de Curso

ACELINO RODRIGUES CARVALHO
Professor